MEMÓRIAS CATIVAS DE ÚM TRIÂNGULO NEGRO.

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior[1]

Resumo:
Este artigo pretende discutir o processo de apagamento da participação dos negros na conformação da sociedade estabelecida no Triângulo Mineiro evidenciando as articulações entre os projetos políticos, levados adiante pelas elites locais, e a produção historiográfica.

Abstract:
This article intends to discuss the process of the black people participations extiction in the formation of 'Triângulo Mineiro' society. It is showing evidence of signs between political projects made by the power local elite and the historical production.

I

No quadro geral dos estudos historiográficos muito de nossa atenção encontra-se dedicada às pesquisas de perspectivas mais regionais, mesmo que essa expressão provoque alguma ojeriza entre aqueles que mais não fizeram do que estudos minuciosos sobre um espaço restrito e particular, mas tiveram o denodo de apresentá-los como a síntese da história geral do Brasil. Essa atenção de que falamos permite-nos um contato, não apenas com regiões longínqua, mas também com personagens cujas vidas se acobertavam por meio de generalizações e conceitos abstratos, como Escravidão, para fazer apenas uma referência. Através dela procuramos nossa particularidade, inventariamos nossas diferenças, enfim compreendemos as mudanças. (Novais, 1997)

O propósito deste artigo é não apenas oferecer condições para esse inventariamento, mas também argumentar que essa prática una de lembrar e esquecer se realiza no instante mesmo em que os conflitos se colocam na cena social. Ainda que os múltiplos presentes forcem a uma reelaboração das reminiscência, no caso da memória da escravidão, eles não ocultam o elo com o passado, ao contrário revelam a filiação direta que, como tentarei mostrar, uma produção historiográfica, ao mesmo tempo, esconde a legítima.

Recorrendo a um passado remoto, ou seria quase completamente sepultado? o faço reconhecendo a primazia do presente a iluminar esse meu proposital e impertinente retorno. Admitindo que esse passado "nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual

[1] Mestre em História Social/PUC-SP. Professor da Faculdade do Noroeste de Minas – Paracatu. Membro do NIESC - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais- UFG – Campus Catalão – GO.

vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir." (Chesneaux, 1995: 22) Procurando enfim estabelecer uma relação ativa com o passado, não perdendo de vista portanto que é no presente que as transformações se materializam.

Os combates de que participaram os personagens componentes desta história não se circunscrevem apenas aos momentos estabelecidos pelo recorte cronológico arbitrado - o século XIX. Há um recurso ao tempo passado, no intuito de reconstruí-lo a partir dos fragmentos que nos restam. Essas reelaborações remetem-nos a muitos presentes, em que nem sempre se observa o desejo de ocultar as deliberações em prol do conveniente apagamento de uma ou várias lembranças, e reintroduzem também, nos seus termos, a luta passada e toda a disputa vivida em torno do que deve ser lembrado e esquecido.

Em 1914, o jornal *Lavoura e Comércio* justificava da seguinte maneira a necessidade de demolição da capela de Nossa Senhora do Rosário existente na cidade de Uberaba:

> *A velha igreja do Rosário de sombrias e vestudas linhas é uma mancha a se destacar no meio de nosso ridente progresso (...) nada apresenta a não ser a tradição de uma época em que nele se fazia ouvir as preces dos cativos implorando liberdade, já mesmo por isso devia desaparecer para que não atestasse nunca mais uma época de dolorosa vergonha para todos nós, e não deve ser conservado como um padrão de arte, em cuja a construção ela não entrou* (Jornal Lavoura e Comércio – Uberaba, 17.04.1914 p. 01. Citado em Vale, s/d)

Toda a veemência negativadora na caracterização da capela do Rosário tinha como objetivo imediato e justificador vinculá-la à expressão do atraso, pois obra de cativo negros, contrastante com o progresso geral que supostamente denominava a cena uberabense.

Há momentos distintos na argumentação do articulista e que se relacionam. O primeiro tem um fundamento racista, que só aparentemente está oculto, demonstrando que " O verdadeiro desafio para o estudioso da ideologia racial no Brasil é reconhecer que a aparente ausência de uma terminologia racial elaborada não significa a ausência de significados raciais." (Chalhoub,1996:94) a capela não correspondia aos padrões de arte vigentes e fora construída pelos negros, portanto, não se devia preservá-la. No segundo, ele tenta apresentar uma versão dos acontecimento passados no século XIX, que podem determinar uma visão dos negros uberabenses como pacientes à espera da liberdade e uma contraposição destes à ação empreendedora dos pioneiros da fundação da cidade e seus herdeiros e continuadores do suposto progresso. E, num terceiro instante, o seu argumento procura tornar visível uma espécie de consenso fundamentado na vergonha "de todos nós", insistentemente exposta por aquela construção "sombria", que "mancha" o nosso "ridente progresso".

Lembrança e esquecimento articulam esses momentos e dão sentido a toda a argumentação favorável à destruição.

De fato, a igreja Nossa Senhora do Rosário seria demolida na década de 1940 para dar espaço a uma larga avenida denominada Getúlio Vargas. A intervenção urbanizadora foi se encarregando pouco a pouco de embelezar a cidade, o que, nesta região do Triângulo Mineiro, significou quase sempre afastar, quando não expulsar, os pobres das áreas escolhidas para receber infra-estrutura e/ou ser objeto de especulação imobiliária. Em São Pedro de Uberabinha, em outros tempos distrito de Uberaba, o argumento utilizado para justificar a demolição da capela foi direto ao ponto " (...) a capela do Rosário velha e em mal estado afeia a praça Ruy Barbosa." (Correio Católico – São Pedro de Uberabinha, 08.07.1928. Citado em Vale,s/d:123)

Mas o caso em questão oferece um outro significado. Embelezar a cidade pode, sem exagero, ser traduzido por torná-la menos negra, consequentemente, mais higiênica, se possível, efetivamente branqueá-la.

Para operar tal "limpeza", interfere-se no presente, opção aparentemente consensual, visando criar uma imagem futura mediante a reconstrução do passado.

A versão da história da escravidão vivida em Uberaba, que nesse contexto emerge, encontra-se esvaziada dos conflitos que envolveram a relação entre senhores e escravos, mas permite-os pressenti-los. Por outro lado, até muito recentemente, a produção historiográfica local manteve-se em relativo silêncio sobre a presença de escravos na cidade durante o século XIX, período de sua formação. Assim, parecia concluída a tarefa do esquecimento recomendada pelo artigo público no *Lavoura e Comércio* em 1914.

No controle de suas temporalidades, essa produção historiográfica concordava em desmerecer a participação do negro, escravizado e livre, na construção dessa sociedade, seja no século XIX ou no XX. De um lado, uma produção oriunda das universidades regionais, que atestava a irrelevância da presença dos escravos nesta região. (Guimarães, 1991; Brandão, 1989; Marquez, 1983; Alem, 1991) De outro, pesquisas levadas a cabo por intelectuais locais, conseguem cristalizar opinião similar e, para além de informar a produção historiográfica que a sucede, desempenham importante papel na difusão dessa incorreção junto ao "senso comum". (Pontes, 1970; Sampaio, 1971; Mendonça, 1974). Mais do que um programa historiográfico metodologicamente contestável estamos diante do sucesso – ainda que relativo – persistente de um projeto político, que não poupa a memória, levado a cabo pelos historiadores locais denominados de maneira incompleta e preconceituosa pelos cientistas da história como memorialistas.

Por seu turno, os negros escravizados e libertos, no século XIX, e livres, no século XX, insistiram em deixar marcada a cidade por meio de suas práticas sociais. A capela do Rosário demolida representa apenas

uma das evidências das inúmeras modalidades de sua participação.

II

Os negros escravizados produziram poucos registros diretos sobre suas vidas. Entretanto, a partir da própria dominação senhorial, tornou-se possível reconstruir fragmentos de sua existência cotidiana, produzindo um leve movimento no horizonte de nosso conhecimento. (Dias, 1997: 04)

Os relatos de viagem juntamente com os registros de memorialistas e as crônicas, contribuem para a reconstituição dos modos de vida, não apenas dos escravos, mas dos habitantes dessa região e na mesma medida permitem uma aproximação das formulações preconceituosas e discriminatórias, suas origens e a natureza de sua persistência.

No trabalho com as fontes notamos que a presença numérica de escravos nesta região do Triângulo Mineiro e, em particular, na cidade de Uberaba, não poderia ser considerada irrelevante, tanto quanto a produção historiográfica local até então fazia imaginar. Surgiu, então, a necessidade de entender como essa interpretação havia se disseminado e consolidado.

Em primeiro lugar, creio eu, ela se baseava na suposta decadência econômica da capitania e depois província de Minas Gerais, em razão da drástica diminuição da atividade mineradora. Tal fato teria empurrado os mineiros para as atividades agro-pastoris de subsistência, o que, durante algum tempo, a historiografia brasileira, como mostrou Lenharo, tomou como expressão de estagnação econômica. (Lenharo, 1979) Em segundo lugar, estabelecia-se, ainda que implicitamente, uma ligação entre atividade e agro-exportadora e a presença de mão-de-obra escrava. Como a região do Triângulo não correspondia a essa característica inicial, supunha-se a ausência ou irrelevância daquela mão-de-obra. Em terceiro lugar, essas posições foram se consolidando a partir da desatenção a toda uma produção historiográfica que vinha, desde os finais dos anos 1970, apresentando novas informações, dialogando com diversas fontes, procurando explicar o chamado "apego" dos proprietários mineiros para com os escravos. (Martins, 1994; Libby, 1988; Slenes, 1988; Luna & Cano, s/d)

Todavia ficava mais claro que a simples oposição a essas opiniões correntes não seria suficiente, apesar de importante no contexto local, na tentativa de se romper com tais visões atávicas, que determinavam o precoce arquivamento do tema da escravidão na região a despeito de toda a sua potencialidade.

Seria preciso mais, e as fontes manuseadas anunciavam a possibilidade de uma abordagem apoiada numa produção recente de historiografia da escravidão brasileira, que desde a década de 1980, principalmente, apresentou-nos o negro escravizado como um agente social, um sujeito político, (Dias, 1995; Lara, 1988; Reis, 1986; Mattos,

1997; Azevedo, 1987; Chalhoub, 1987) distanciando-se, paulatinamente, de uma visão pejorativa sobre o escravo e o negro brasileiro, que uma vertente historiográfica e sociológica, conhecida como "escola paulista", havia sacralizado.

Fazia-se necessário, nesse novo esforço de compreensão da sociedade escravista brasileira, atentar para o fragmento, o informal, no sentido de reconstituir a experiência cotidiana dos trabalhadores escravos e os limites que ela impunha à dominação senhorial, sem, contudo, perder de vista os mais variados conflitos no interior de um paternalismo, que, apesar de seu caráter autoritário, sustentava-se no reconhecimento recíproco, entre senhores e escravos, na existência de direitos e deveres, que, apesar de quebrado pelas fugas, suicídios, assassinatos, estabeleceu a coexistência entre resistência e acomodação.

A adoção de tais recursos metodológicos e documentais significava posicionar-se criticamente em relação a uma vertente historiográfica responsável pela reelaboração da idéia do paraíso racial brasileiro, caracterizado pela democracia racial cujo mais importante expoente foi Gilberto Freyre.

Freyre inovou ao imprimir à análise da formação social brasileira uma abordagem de viés culturalista, evidenciando positivamente a participação dos africanos e crioulos no nosso mundo colonial brasileiro. Para ele era um "absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua nem do índio mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente."(Freyre, 1992: 316)

Produzia-se, assim, um distanciamento das teorias raciais que, desde o século XIX, davam conta da inferioridade inata dos negros, e ainda que se referisse às culturas de maneira hierarquizada - adiantadas ou atrasadas -, o ambiente em que elas se constituíam determinavam seu status.

Entretanto, se o regime de exploração do trabalho, aliado ao clima, "contamina" toda a sociedade, ainda assim, o Brasil constituía-se, pela "fusão harmoniosa de tradições diversas", em uma formação social "híbrida e democrática" sob os auspícios da casa grande. Tal encaminhamento resultava do "equilíbrio de antagonismos" muito bem conduzido pela racionalidade patriarcal. (Freyre, 1992: 44 e segs.)

A crítica ao mito da democracia racial não era novidade. Desde os anos de 1950, Florestan Fernandes já vinha conduzindo-a com sucesso. Para ele, o mito da democracia racial brasileira era o fruto espúrio da sociedade escravista, exposto pela emergência de uma ordem competitiva no país. A desagregação do regime servil colocava em evidência o despreparo dos negros para integrar-se na sociedade de classes. Desorganizados socialmente, eles reivindicavam formas de tratamento anacrônicas e conflituosas em relação à nova ordem. Diante desse quadro, os homens de elite adotavam uma posição ao mesmo tempo autoritária e paternalista. Por seu turno, os homens brancos, em seu conjunto - desprovidos de uma motivação racial que proporcionasse a exclusão dos negros -, se omitiam diante das desigualdades evidentes.

Contudo, ao denunciar a violência característica do sistema escravista brasileiro - contra uma suposta benevolência dos proprietários de escravos -, alguns autores, entre eles Fernandes (1965) e Cardoso (1972), acabaram por reiterar um conjunto de preconceitos sobre os negros que se faziam sentir em elaborações efetuadas ainda no século XIX.

Para Fernandes, aquela sociedade apenas havia preparado "(...) o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para seu equilíbrio interno. No resto prevaleceram a orientação de impedir todo o florescimento da vida social organizada entre os escravos e os libertos." (Fernandes, 1965:. 35)

Resultava, assim, que os negros com as "deformações de seus modos de ser, de pensar e de agir [se] tornavam inaptos para compreender o presente e enfrentar com mentalidade construtiva as suas múltiplas exigências revolucionárias". (Fernandes, 1965: 197)

Os negros, a um só tempo, eram vistos como vítimas e culpados pela situação de desigualdade e exclusão proporcionada pela emergência da ordem competitiva em formação.

Contudo a documentação consultada apresentava evidências que contrariavam tanto os crentes na existências de um paraíso racial brasileiro, quanto aqueles que tentavam demonstrar a alienação dos escravos como entrave para a inserção plena do Brasil e desses sujeitos na ordem capitalista. Pouco a pouco, foi ficando cada vez mais claro que, sob o regime da escravidão e a despeito de sua natureza, que implicava "ruptura e desenraizamento cultural", os cativos conseguiram (re) construir sociabilidades baseadas na (re) composição de laços familiares, de solidariedades e de afetividades, que garantiam formas mais complexas de sobrevivência (Dias, 1995) do que supunha a simetria entre senhores paternalistas e escravos e libertos alienados.

III

A década de 1850 parecia instaurar no Brasil o ritmo um tanto mais acelerado de transformações sociais rumo à extinção do trabalho escravo. As lutas engendradas nessa sociedade girariam em torno da tentativa de expropriação dos modos de vida dos negros, elaborados mediante sua experiência no cativeiro, visando à formação de um mercado de trabalho assalariado. (Marson, 1984)

Os negros escravizados e libertos apresentaram suas armas, opondo forte resistência aos caminhos idealizados para a reforma social em curso, que deveria, sobretudo, resguardar os interesses das elites senhoriais. Contribuíram, dessa maneira, para a definição dos lugares sociais que eles ocupariam na sociedade brasileira dos finais do século XIX e início do XX.

A segunda metade dos Oitocentos no Brasil é um período de reformulação de noções preconceituosos sobre os negros. Se as idéias anti-escravistas, formuladas pela Ilustração européia, ainda no século

XVIII, difundiram-se, dando conta principalmente da ineficiência econômica do trabalho escravo e do prejuízo social que esse empreendimento provocava, no Brasil, elas foram absorvidas no século XIX de maneira bastante específica. Por aqui, grosso modo, os brasileiros se limitaram a escrever textos anti-escravistas solicitando medidas contra o tráfico negreiro, quando não chegaram a participar destes mesmos governos a quem reivindicavam essas ações. (Rocha, 2000) Na segunda metade daquele mesmo século, entretanto, percebeu-se que não era apenas o trabalho escravo o problema, o trabalho escravo o problema, o trabalhador escravo negro, esse sujeito afeito à ociosidade, aparecia como empecilho.

Ainda que no século passado, autores como Eric Willians (1975) e Fernando Novais (1995), em teses seminais, tivessem advertido não haver relação direta entre o empreendimento escravista e uma suposta inferioridade inata dos escravos, levando a questão para o campo econômico, durante um bom tempo, autores brasileiros insistiram em vincular o entravamento do sistema escravista à incapacidade dos escravos negros em absorver novas técnicas e tecnologias necessárias à produção do capital.

Castro lembra-nos que observadores do escravismo no Novo Mundo, tais como Frei Vicente do Salvador e o Padre Antonil, em seus depoimentos, elaborados no século XVII e XVIII, respectivamente, colocavam sob suspeita essa noção, que dava conta da inferioridade intelectual do trabalhador escravo, ao destacarem a complexidade técnica sob a qual operava a indústria açucareira. (Castro, 1984)

Scott analisando, mais recentemente, o processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre em Cuba afirma que

> *existem, para todos os efeitos, dois elementos discutíveis na afirmação de uma contradição entre escravidão e tecnologia. Uma é a crença de que os escravos não podiam adquirir habilidade necessária para lidar com maquinaria. Este ponto é refutável pelas evidências. O segundo é a idéia de que toda mecanização requer um aumento global no nível de especialização da força de trabalho, algo que só se considera possível com o trabalho livre. Este ponto não é nem teoricamente convincente, nem empiricamente correto (...) Pode-se sustentar que o trabalho escravo não era compatível com o desenvolvimento tecnológico por outras razões que a estrutura motivacional e comportamento dos escravos* (Scott, 1991: 43 segs)

Nota-se pelo texto, a força e a persistência das elaborações pejorativas atiradas contra os negros escravizados no mundo colonial. Tanto aqui, como lá, elas foram utilizadas como arma a serviço da desqualificação das ações de resistência dos cativos, essas, sim, um entrave para o processo de formação do sistema capitalista e que, no século XIX, se intensificaria das mais variadas formas por quase todo o continente americano, fazendo lembrar o Haiti e disseminando temor.

(Foner, 1988; Genovese, 1983)

No Brasil, não seria diferente. Os acontecimentos, vistos de fora na contemporaneidade, pareciam impelir a sociedade brasileira, de forma inevitável, para o progresso e a civilização. Porém, em meio a esse turbilhão, havia um problema a ser resolvido, condição essencial para a configuração de uma nacionalidade. A questão era: como formar um mercado de trabalho livre? As propostas de solução do problema foram muitas, quase todas influenciadas pelas teorias raciais oriundas da Europa e aqui absorvidas de maneira seletiva, sempre buscando a manutenção das hierarquias sociais existentes. (Schwarcz, 1993)

Sejam com os emancipacionistas e sua ênfase na miscigenação, sejam com os imigrantistas e sua explícita preferência pelo trabalhador branco europeu disseminava-se pelas elites brasileiras do século XIX o sonho de pertencer a uma nação branca, cruzando negros e brancos, e a superioridade deste seria decisiva na conformação da nova raça; ou mesmo substituindo fisicamente o trabalhador negro, pelo trabalhador branco.

É claro que essas propostas não eram consensuais. Havia aqueles que duvidavam do branqueamento pela miscigenação, e outros que, contrariando a insistente alegação dos produtores de café para a falta de braços na lavoura, empregavam os nossos trabalhadores livres pobres nacionais(Lanna, 1989). Mesmo assim, muitos concordavam que o homem branco, além de ser um contraponto perfeito em relação ao negro, representa também o caminho mais adequado para o progresso e a civilização.

O ideal do branqueamento, junto com as restrições no acesso a cidadania, ganhava força à medida que os negros escravizados e libertos intensificam suas ações de resistência, fornecendo, assim, o fundamento concreto necessário para a emergência de preconceitos raciais, no mesmo instante, possibilitando às elites justificarem suas ações de caráter conservador da ordem vigente. Sendo assim, o negro fazia-se, simultaneamente, agente da transformação social, revelando os aspectos políticos de suas práticas, e sujeito de sua própria dominação.

IV

Constatando que a presença numérica dos escravos na região do Triângulo Mineiro, em especial na cidade de Uberaba, não podia ser tomada como irrelevante e levando em conta as suas ações como prática social de resistência contra a dominação escravista, fazia-se necessário apreender por meio dos fragmentos das vidas dos cativos, obtidos no contato com a documentação, como se deu essa resistência, como se constituíram os modos de viver dos escravos e libertos, de que maneira se construíram as sociabilidades e os laços afetivos e de solidariedade, como se deu a incessante busca pela liberdade e por uma sobrevivência cotidiana alternativa. Levando sempre em conta que:

> *(...) o estudo de aspectos localistas, aparentemente fortuitos, e fragmentários tem o condão de tornar mais concretos os limites de atuação da hegemonia das elites dirigentes que moldaram a sociedade global, tanto através de sua política de arregimentação do trabalho às vésperas da Abolição, como na definição dos direitos de cidadania que definia a integração dos homens pobres no Estado Nação.* (Dias, 1997: 06)

Nesse contexto instável, estava aberto o processo de formação do mercado de trabalho livre e assalariado. Não seria pertinente, contudo, tomá-lo, a partir da segunda metade do século XIX, como um acontecimento pronto e acabado, antes mesmo que ele pudesse, efetivamente, tornar-se a forma preponderante das relações de trabalho, sobretudo, porque assim se corria o risco de reproduzir indevidamente os preconceitos que os negros brasileiros ainda carregam em seus corpos; ou ainda de apresentá-los, os negros, de maneira excessivamente positiva. Sendo assim, procuramos aqui encaminhar uma análise tentando privilegiar a vida cotidiana de trabalhadores escravos e libertos, buscando reconstruir historicamente as suas práticas de resistência, no interior dessa formação social onde faziam ressaltar uma cultura própria.

Essa resistência negra à dominação escravista que aqui procuramos enfatizar apresenta uma característica singular: ela não se engendra de maneira simétrica, podendo ser encontrada numa variedade de ações das quais os rituais de canto e dança não se separam.

> *Como ressaltou Barreiro, os viajantes que visitaram o Brasil, influenciados pelo racionalismo da modernidade, evidenciaram essas manifestações "ridículas" enquanto entretenimento, obscurecendo-as da qualidade de "elementos constitutivos de uma tradição cultural capaz de sobreviver às gerações, assegurando a identidade e a redenção entre o presente e o passado daqueles que a praticaram."* (Barreiro, 1996: 167)

O arguto Saint-Hilaire não escapou a essa modalidade de digestão dos objetos culturais com os quais foi estabelecendo contato em sua viagem a Goiás, apresentando-os azos leitores carregados de juízos desqualificantes, mas, que revelavam as influências dos negros na sociedade por ele observada.

Durante sua viagem a caminho da Vila Boa de Goiás o viajante parou na fazenda Mandinga bem no dia da festa de São João promovida naquelas redondezas por seu anfitrião.

Sua narrativa é elucidativa. Ele parece não entender (mas apreende bem) como num sistema, no qual as hierarquias estão claramente definidas, os participantes podem se misturar com tamanha intimidade.

Naquele pátio, dizia o viajante, a gente do povo tocava viola e cantava fanhosamente umas modinhas tolas, bem embaixo da trêmula

bandeira, na qual se via impressa a imagem do santo que se louvava, fincada no mastro.

Os batuques marcavam uma dança obscena que segundo ele, assim como o nome da fazenda, tem origem africana. Dessas "barbaras contorções" participavam brancos e negros, homens e mulheres.

Após as batucadas, num ato de devoção, as pessoas se ajoelhavam diante de pequenos oratórios portáteis e entoavam demoradas preces. O seu término era marcado pelo início do banquete e pela retomada das cantorias e dos batuques, que duravam a noite toda, pois quando partiu no dia seguinte o viajante atesta que a dança continuava.

Essa descrição da festa reforçaria toda uma representação bastante negativa que Saint-Hilaire formula sobre o povo da região: na sua visão seriam eles, os goianos, ociosos, indolentes, passivos diante da miséria, muito influenciados por uma inferioridade inata de negros e índios.

Contudo os negros escravizados ao mesmo tempo em que constituíram uma cultura própria, ininteligível se compartimentada, alteravam a cultura do outro imprimindo símbolos e significados peculiares que lhes garantiam a sobrevivência. Deste modo, como afirma o viajante, "os brasileiros devem, sem dúvida, alguma coisa aos seus escravos (...) Além do mais foram os seus mestres de dança". (Saint-Hilaire, 1975)

CONSIDERAÇÃO FINAL

Esse não é meu primeiro esforço no sentido de fazer emergir inúmeras reminiscências que os vencedores pretendem, pelo tempo que for necessário, manter entre as coisas que não devem ser ditas.(Ribeiro Jr., 1997) Por outro lado devemos aceitar o fato de que o conhecimento histórico não se constrói por adição, obrigando-nos, por dever de ofício, a criar dificuldades tanto para a história quanto para a historiografia. E foi exatamente o que se intentou com essa exposição. Abre-se o debate sobre a participação dos negros na conformação da sociedade uberabense, e junto a ele a possibilidade de que o esquecimento deixe de prevalecer sobre a lembrança. Neste sentido o alerta de Benjamin ressoa forte em nosso ouvidos: "O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer". (Benjamin, 1994).

Libertemos os mortos de nossas derrotas!

Referência Bibliográfica

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. *História e Perspectivas*, n. 4. Uberlândia: EDUFU, 1991

AZEVEDO, Celia Marinho. *Onda negra, medo branco.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARREIRO, José Carlos. Antropofagia e cultura: a construção de uma identidade. O invertido dos escravos. *Revista Brasileira de História.* São Paulo: Contexto, v. 16, n. 31/32, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas.* Vol. 1 Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRANDÃO, Carlos. *Capital comercial, geopolítica e agroindustrial.* Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.* São Paulo: Cia das Letras, 1996.

___. *Visões da liberdade.* São Paulo: Cia Letras, 1990.

CASTRO, Antonio Barros de. As mãos e os pés do senhor de engenho. Dinâmica do escravismo colonial. In: Pinheiro, Paulo Sergio. (org.) *Trabalho escravo, economia e sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado ?* São Paulo: Ática, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cidadanias informais: sociabilidades sem história, 1824/1881.* Mimeo, 1997.

___. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes.* São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala.* Rio de Janeiro: Record, 1992.

GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução.* São Paulo: Global, 1983.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A transformação econômica do sertão

da Farinha Podre: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. *História e Perspectivas*, n. 4. Uberlândia: EDUFU, 1991.

LARA, Silvia H. *Campos da violência.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LANNA, Ana Lucia. *A transformação do trabalho.* Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808/1842.* São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista.* Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUNA, Francisco Vidal. CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais.* Mimeo, s/d.

MARQUEZ, Eliane. *Uberaba: uma trajetória sócio-econômica, 1811/1910.* Uberaba: APU, 1983.

MARSON, Izabel Andrade. Trabalho livre e progresso. *Revista Brasileira de História.* São Paulo: Contexto/Anpuh.

MARTINS, Roberto. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *História e Perspectivas.* n.4. Uberlândia: EDUFU, 1991.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MENDONÇA, José. *História de Uberaba.* Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.* Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

NOVAIS, Fernando A. Introdução. In: Novais, Fernando. Mello e Sousa, Laura. (orgs.). *História da vida privada no Brasil.* Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

___. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, (1777-1808).* São Paulo: Hucitec, 1995.

PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central.* Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil.* A história do levante dos

Malês – *1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
RIBEIRO JR, Florisvaldo Paulo. *A conquista da liberdade*. Monografia. Uberlândia: História/UFU, 1997.

___. *De batuques e trabalhos*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2001.

ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade brasileira. *Revista Brasileira de História.*, v. 20, n. 39. São Paulo: Anpuh, 2000

SAMPAIO, Antonio Borges. *Uberaba: História, fatos e homens*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

SAINT-HILAIRE. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1975.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação dos escravos em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860/1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, 1988.

VALE, Marilia M. Brasileiro T. *Arquitetura religiosa do século XIX no antigo 'sertão da farinha podre'*. Doutoramento, São Paulo: FAU/USP, s/d.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975.